

Aconteceu

CRUZADO III

KARDEX	(X)
MC	()
PP	()
DOC. GERAL	()

CENTRAIS DISCUTEM GREVE GERAL



Aconteceu

Nº 415 - Junho/1987

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
Telefone: 206-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 983
Telefone 825-5544
01238 - São Paulo - SP

Conselho de Publicações
Arivaldo Padilha
Ary da Costa Pinto
Carlos Alberto Correia da Cunha
Carlos Alberto Ricardo
Heloisa de Souza Martins
Henrique Pereira Junior
Jether Pereira Ramalho (coordenador)
Jorge Luiz Camera Jardineiro
Marcus Vinicius Gróbi Borges
Neide Esterci
Sérgio Alli
Vera Maria Macagnã Ribeiro

Editor:
Jorge Luiz C. Jardineiro

Diagramação e Arte
ARTE GRAPHICA
Praça Floriano, 55/602
Rio de Janeiro-RJ

Preço do exemplar avulso:
Cz\$ 2,00

Aconteceu Semanal

É uma publicação dedicada ao acompanhamento das lutas levadas por diversos setores populares.

As notícias da semana estão agrupadas em *trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais, índios, movimentos populares, igrejas, política nacional, notícias internacionais* e outras. Contém também uma seção de *Cartas do Leitor*, onde são divulgadas manifestações, denúncias, atos públicos, etc. Nesta seção os leitores têm um espaço aberto para a divulgação das notícias que não saem na imprensa e outras fontes de informação.

O ACONTECEU semanal tem como assinantes lideranças indígenas, sindicatos e demais órgãos de classe, comissões pastorais, comunidades de base, missionários, operários, camponeses e outros. Ideal para quem não tem acesso a jornais diários ou quer conhecer as diversas situações de contato, lutas e reivindicações sociais de todo Brasil.

Assinatura Anual: Cz\$ 100,00 (Brasil);

US\$ 60,00 (América Latina);

US\$ 85 (América do Norte);

US\$ 100,00 (Europa, Ásia e África).

Envie junto com seu pedido um cheque nominal ou vale postal para CEDI-RJ.

Assine a Revista

tempo e presença

Publicação mensal do CEDI, com temas de atualidade analisados na perspectiva do ecumenismo comprometido com os movimentos populares.

Assinatura anual:

Cz\$ 200,00

América Latina: US\$ 30 América do Norte: US\$ 40 Europa, África e Ásia: US\$ 45

Fazendo sua assinatura de apoio
você recebe de brinde
um exemplar dos Cadernos do CEIM.

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI -
Centro Ecumênico de Documentação e Informação - Av.
Higienópolis, 983 - 01238 - São Paulo - SP.

Assine o Boletim

Aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual Cz\$ 100,00

América Latina: US\$ 30 América do Norte: US\$ 45 Europa, África e Ásia: US\$ 75

Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____

Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faça a sua assinatura através de cheque nominal para o
CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Cosme Velho, 98 - fundos - CEP 22241
Rio de Janeiro - RJ.

Constituinte

CONTAG QUER APOIO DE 2 MILHOES PARA REFORMA AGRÁRIA

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) quer reunir 2 milhões de assinaturas na emenda popular que apresentará em agosto à Constituinte, propondo a realização da reforma agrária. Em todo o país, as federações e sindicatos de trabalhadores rurais já começaram a recolher as assinaturas, sob lema "A Constituinte tem que ter reforma agrária". Depois da votação nas subcomissões e comissões da Constituinte, onde os conservadores conseguiram impedir a aprovação dos artigos favoráveis à reforma agrária, a Contag concluiu que, para sair vitoriosa no plenário, tem de reforçar a pressão popular. "A Constituinte é conservadora. É preciso avançar na mobilização, para que os liberais compreendam que é necessária a negociação. É impossível que a Constituição seja pior para o homem do campo que o Estatuto da Terra", disse o tesoureiro da Contag, Francisco Urbano Araújo Filho. A emenda que será apresentada pela Contag choca-se frontalmente com o substitutivo do deputado Jorge Viana (PMDB-BA), aprovado pela maioria da Comissão da Ordem Econômica, após a retirada do plenário dos constituintes progressistas. Imissão automática da União na posse da terra em caso de desapropriação; função social da propriedade; limite da extensão da propriedade a um máximo de 80 módulos; pagamento das terras desapropriadas em títulos públicos resgatáveis em 20 anos e inegociáveis; e pagamento das terras de acordo com o valor declarado para efeito de tributação são os pontos centrais da emenda da Contag. Segundo os dirigentes da Contag, a receptividade da campanha está sendo muito boa entre os trabalhadores rurais. Antes das derrotas na Constituinte, muitos consideravam trágica a aprovação da reforma agrária e

por isso houve descuido na mobilização. Agora, o clima é outro. "O pessoal está revoltado, está mais disposto. Tem consciência clara de que ou a gente faz pressão e se mobiliza, ou não sai reforma agrária", afirmou o tesoureiro da Contag. (JB - 22/6/87)

COMITÊ PRÓ-DIRETAS CONFIRMA ATO DIA 7

O Comitê Suprapartidário Pró-Diretas promoverá nos próximos dias 26, 27 e 28 uma festa junina na Cinelândia (RJ) - O Arraial das Diretas - para arrecadar fundos para a campanha por eleições diretas em 1988. Hoje, às 18h30min na Câmara dos Vereadores, o comitê divulga o calendário de atividades da campanha para o mês de julho. Está confirmada para o dia 7 a realização do comício na rampa no Congresso Nacional, embora não esteja acertada ainda a lista de oradores e políticos presentes. Foram convidados o ex-governador Leonel Brizola, o presidente nacional do PT, deputado Luiz Ignácio da Silva, os senadores do PMDB Severo Gomes, Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, o líder do PV, Fernando Gabeira, e representantes de diversos partidos e entidades. Depois de muitas divergências entre seus integrantes, que reclamavam da condução excessivamente pedetista do comitê, a comissão organizadora conseguiu obter o apoio de 36 entidades civis (sindicatos e associações) e nove partidos - PDT, PT, PV, PMN, PCN, Passart, PSB, PMB e PS. Os partidos comunistas, PCB e PC do B, ainda não decidiram se participam. Parte do PMDB também está integrada na campanha. (JB - 22/6/87)

FAFERJ ACHA QUE A NOVA CONSTITUIÇÃO NÃO TRARÁ MUDANÇA

O presidente da Federação das Associações de Favelados do Rio de Janeiro (Faferj), Naildo Ferreira de Souza, diz não acreditar nas possibilidades de mudanças que a

Constituinte apresenta. Segundo o dirigente da Faferj, entidade que representa uma população de aproximadamente dois milhões e meio de favelados, organizados em mais de 300 associações, a nova Constituição deverá durar de 10 a 15 anos e que "quando a sociedade eleger um governo legítimo e democrático, esse governo vai ver que ainda precisa mudar coisa". Naildo é ferroviário aposentado e morador da Favela de Vigário Geral. A descrença nas mudanças que a Constituinte pode trazer à vida do cidadão é tão grande, que o vice-presidente da Faferj Nilton Gomes, ou Diquinho, como é mais conhecido, morador da Favela do Itararé, em Ramos, acha que mesmo que a nova Constituição aprove a proposta da Comissão da Soberania e dos Direitos do Homem e da Mulher, de garantir a inviolabilidade das sedes das associações de moradores e de estabelecimentos de ensino, - já prevista no Código Penal -, este direito continuará a ser desrespeitado. "A inviolabilidade de domicílio sempre existiu, mas nunca valeu na favela. Favela é outro país. Aqui só valem as leis da força, da violência e da selva", argumenta. (JB - 19/6/87)

CRONOGRAMA PREVÊ

PROJETO PRONTO ATÉ 15 DE JULHO

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), já tem em mãos os relatórios de sete comissões temáticas do Congresso constituinte e os três relatórios das subcomissões da Comissão da Família, do Menor e do Idoso, Cultura, Comunicação e da Ciência e Tecnologia (cujo relatório final não foi concluído até a data-limite de 15 de junho). Agora, Cabral tem um prazo - até o próximo dia 26 - para apresentar seu anteprojeto de Constituição, a ser analisado pelos outros membros da Sistematização e, logo após - em 15 de julho -, a redação final do projeto para discussão pelo plenário do Congresso constituinte. Os próximos passos são detalhados a seguir:

26 de junho (sexta-feira) - É o dia em que o relator da Comissão de Sistematização deve apresentar seu parecer. Trata-se de uma exposição de motivos e um anteprojeto de Constituição. O trabalho do relator apenas compatibiliza os projetos apresentados pelas oito comissões temáticas. Não pode, portanto, apresentar qualquer inovação.

27 de junho (sábado) - É a data de distribuição dos avulsos (cópias) do trabalho do relator aos membros da Comissão de Sistematização.

28 de junho (domingo) - É o início do prazo de cinco dias para que os membros da Comissão de Sistematização apresentem emendas ao anteprojeto do relator. Essas emendas não podem acrescentar qualquer inovação ao anteprojeto. Devem somente aperfeiçoar o processo de compatibilização entre os relatórios das oito comissões temáticas.

2 de julho (quinta-feira) - Final do prazo de cinco dias destinado ao recebimento de emendas.

3 de julho (sexta-feira) - Começa a correr o prazo de cinco dias para que o relator apresente à Comissão de Sistematização seu parecer sobre as emendas.

7 de julho (terça-feira) - O relator apresenta seu parecer sobre as emendas, juntamente com o primeiro projeto de Constituição.

8 de julho (quarta-feira) - Distribuição dos avulsos (cópias do parecer sobre as emendas e do projeto de Constituição) aos membros da Comissão de Sistematização.

9 de julho (quinta-feira) - A Comissão de Sistematização discute o primeiro projeto de Constituição.

10 de julho (sexta-feira) - A Comissão de Sistematização vota o projeto de Constituição e as emendas.

11 de julho (sábado) - Distribuição de avulsos (cópias) para a elaboração da redação final. Começa a correr o prazo de três dias para que o relator da Comissão de Sistematização apresente parecer.

13 de julho (segunda-feira) - O relator apresenta a redação final do projeto de

Constituição. Avulsos (cópias) são distribuídos aos membros da Comissão de Sistematização.

14 de julho (terça-feira) - A Comissão de Sistematização discute o projeto e deve chegar ao seu texto final.

15 de julho (quarta-feira) - A Comissão de Sistematização vota a redação final do projeto. O projeto é encaminhado ao plenário do Congresso constituinte.

16 de julho (quinta-feira) - Publicação e distribuição do avulso do projeto de Constituição.

17 de julho (sexta-feira) - Início da discussão pelo prazo de quarenta dias do projeto de Constituição. Começa a ser contado o prazo de trinta dias para que o plenário do Congresso constituinte apresente emendas ao projeto. Nesse período poderão, também, ser apresentadas emendas de cidadãos. Para isso, cada emenda deverá contar com trinta mil assinaturas e ser patrocinada por, no mínimo, três entidades associativas, legalmente constituídas. (FSP - 21/6/87)

Política Nacional

LEI ACABA COM IMPOSTO SINDICAL E GREVE POR ACLAMAÇÃO

O governo envia hoje ao Congresso Nacional o projeto da nova lei sindical, que desvincula completamente os sindicatos do estado, extingue gradualmente o imposto sindical e permite a organização de mais de uma entidade de categoria na mesma base territorial. O Ministério do Trabalho, segundo o projeto do governo, não terá mais o poder de intervenção nos sindicatos. O projeto, redigido pelo consultor-geral da República, Saulo Ramos, limita o direito de greve, inspirando-se na legislação alemã. As greves só poderão ser decretadas com base na votação de 50% dos filiados e fica proibida a votação por aclamação - os votos terão que ser conta-

dos individualmente. Além disso, irá considerar como setores essenciais onde a greve não será permitida as atividades de resconto, controle e compensação do sistema bancário. Os setores onde atualmente a greve é proibida continuarão, tais como saúde, funcionalismo público e telecomunicações. (JB - 22/6/87)

CENTRAIS NÃO CONCORDAM COM VÁRIOS PONTOS

O fim do poder da intervenção já é uma regra que o governo, no projeto, que o Congresso transforme em lei. Deve ser o único ponto da proposta que vai receber aprovação das duas maiores centrais sindicais - CUT e CGT. CGT e CUT defendem que o direito de greve não tenha qualquer regulamentação. Também não aceitam o fim da decretação da greve por aclamação. Mas não há unidade entre a CUT e a CGT sobre outros pontos do projeto. **Imposto Sindical** - A CUT aceita o fim do imposto enquanto a CGT acha que a contribuição deve ser mantida. Ainda por algum tempo. **Pluralidade sindical** - A CGT acha que a criação de mais de um sindicato por base divide as atuais entidades. A CUT também condena a proposta. **Votação individual para decretação da greve** - O fim da decretação da greve por aclamação é combatido pelas centrais como uma burocratização impossível de ser atendida nos grandes sindicatos. (JB - 22/6/87)

CUT PEDE AÇÕES CONTRA O GOVERNO E GREVE GERAL NO PRÓXIMO DIA 15

Os sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) serão orientados a moverem ações judiciais contra o governo, exigindo que a inflação da primeira quinzena de junho seja computada nos índices de reajustes salariais, e a se organizarem para uma greve geral, proposta para o próximo dia 15. A informação foi dada ontem à tarde pelo presidente da CUT, Jair Meneguelli, após confirmar sua ida a Brasília, na próxima segunda-feira, para

participar da reunião entre dirigentes sindicais e os ministros da Fazenda, do Planejamento e do Trabalho. Meneguelli disse que o resultado da reunião será avaliado pela Executiva Nacional da CUT. (FSP - 20/6/87)

CGT É FAVORÁVEL À GREVE, MAS NÃO NO DIA 15 DE JULHO

A Central Geral dos Trabalhadores (CGT) apóia a realização de uma greve geral contra o "arrocho salarial" decorrente do novo choque, mas discorda da data de 15 de julho, defendida pela Central Única dos Trabalhadores (CUT). O entendimento da CGT é de que deve ser realizada uma ampla consulta e discussão com os trabalhadores nos sindicatos antes da cúpula do movimento sindical partir para a mobilização em torno da greve geral. Na reunião a CGT traçou seu calendário de consultas. Até o dia 19 de julho deverão ser realizadas plenárias intersindicais nos Estados, de preferência reunindo representantes de todos os sindicatos. No dia seguinte, a CGT realizará uma plenária nacional, em Brasília, com os representantes das 1.600 entidades filiadas, além da sua executiva nacional, das executivas estaduais e do conselho nacional para definir a greve ou não. Aprovada a proposta de greve, no dia 21 o fórum intersindical, que reúne as três centrais - CGT, CUT e USI (União Sindical Independente) - e nove confederações nacionais de trabalhadores, definiria a data da paralisação nacional. (FSP - 20/6/87)

"JOAQUINZAO" SE UNE A MENEQUELLI PELA GREVE

As principais lideranças sindicais do país, convocadas pelo ministro da Fazenda, Bresser Pereira, para discutir a nova política salarial, tiraram apenas um resultado prático do encontro: apesar de divorciados na disputa em São Paulo pelo Sindicato dos Metalúrgicos, o presidente

da CUT, Jair Meneguelli, e o da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, aproveitaram a reunião em Brasília para indicar a articulação nacional de uma greve geral no final de julho contra o arrocho nos salários. Ninguém mais fala contra greve geral, é apenas uma questão de data, comentava Jair Meneguelli, à saída, irritado com a "perda de tempo" da reunião no Ministério da Fazenda, que teve também a participação dos ministros do Trabalho, Almir Pazzianotto, e do Planejamento, Aníbal Teixeira. Bresser Pereira voltou a insistir junto aos sindicalistas que a inflação mais baixa em julho poderá representar até recuperação para as perdas salariais ocorridas até maio. Mas foi contestado pelos sindicalistas, presidentes da CUT, CGT, USI (Antonio Magaldi) e das nove confederações sindicais do país. Acompanhados pelo diretor do Dieese, Walter Barelli, eles voltaram a apresentar o documento do órgão, que calcula uma perda média de 37,7% nos salários, desde o Plano Cruzado. Essa perda, disseram, foi congelada pelo Plano Bresser. Bresser recusou-se a considerar perda o não pagamento dos resíduos e da inflação de junho, e convidou os trabalhadores a continuarem discutindo questões econômicas com o governo. Marcou nova reunião com os sindicalistas até 6 de julho, e, para até 29 de junho, uma reunião preparatória entre técnicos oficiais e o Dieese. (JB - 23/6/87)

Índios

DOCUMENTO DENUNCIA SITUAÇÃO DOS ÍNDIOS DO PARQUE ARIPUANA

Com apenas dezoito anos de contato com a sociedade, a população indígena do Parque Indígena do Aripuanã (MT), estimada em mais de três mil índios, apresenta o maior coeficiente de incidência de tuberculose do país. Segundo os dados da Divisão Nacional de Pneumologia Sanitária

(DNFS), do Ministério da Saúde, esta situação prevalece desde 1983. Além disso, o governo não promoveu nenhum programa de saúde para esta população indígena com os US\$ 13 milhões (cerca de Cz\$ 650 milhões) destinados aos povos tribais que vivem na área de influência do Polonordeste, no período de 1982/87. Estas denúncias estão contidas em documento entregue na semana passada aos ministros Roberto Santos, da Saúde, e Joaquim Cavalcanti, do Interior, pelo coordenador da União das Nações Indígenas, Ailton Krenak, e lideranças indígenas do Parque Indígena do Aripuanã. Krenak, defensor da extinção da Fundação Nacional do Índio (Funai), afirmou que "os sérios problemas de saúde existentes em Aripuanã são resultados da omissão criminosa do órgão". (FSP - 22/6/87)

CACIQUE WATAJU, DE GOIÁS, PEDE AJUDA

O cacique João Wataju e seu genro Maurício Wajuriá, da aldeia Javaé de Boto Velho, estiveram ontem à noite no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICHF) da Universidade Federal Fluminense (UFF), onde denunciaram irregularidades cometidas contra seu povo e pediram apoio ao "homem branco". Ontem, eles também foram recebidos na Assembléia Legislativa, onde o Deputado Carlos Minc fez moção de apoio à causa indígena. Na terça-feira, será o vereador Sérgio Marcolini (PDT) quem presidirá na Câmara Municipal de Niterói, numa sessão solene em defesa das nações indígenas, com a presença do cacique. A aldeia Javaé de Boto Velho, às margens do Rio Javaés, em Goiás, enfrenta três problemas que podem ocasionar a extinção de seus 58 índios. O primeiro problema surgiu em 1983, quando foram iniciadas as obras de construção da Estrada Transaraguaia, cujo projeto passa a um quilômetro da aldeia de Boto Velho. Primeiro vão morrer as plantas e os bichos e depois será a nossa vez - declarou o cacique. A Transaraguaia (GO-262) corta o trecho norte da Ilha de Bananal e dois importantes par-

ques: o Nacional do Araguaia, sob responsabilidade do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e o Índigena do Araguaia, da Funai. Com a invasão dos brancos nessas duas áreas, a ecologia estará ameaçada, principalmente com a extinção de espécies animais, como o lobo-guará, o tamanduá-bandeira, o tatu-canastra, o cervo do pantanal, a ariranha e o gavião real (todos incluídos na lista oficial das espécies sob risco de extinção). Além da estrada, existe um projeto para desviar as águas do Rio Araguaia para o Rio Javaés, o que causaria a inundação da aldeia do cacique João Wataju. Ele não consegue sequer imaginar o que aconteceria ao seu povo, caso isso seja realizado. Marcos Maia, que está acompanhando o cacique em suas visitas em busca de apoio, denuncia que o projeto, apesar de irrigar uma área de 300 mil hectares, está tendo a participação de um "grupo português que fugiu de Angola, após a independência". Não bastassem esses dois problemas, a comunidade de Boto Velho não recebe qualquer assistência da Funai. A área onde vivem os índios está sob interdição e não foi demarcada ainda. Além disso, o posto médico mais próximo fica a 150 quilômetros. (O FLUMINENSE/RJ - 5/6/87)

CONSENSO FOI UNÂNIME NO APOIO ÀS MINORIAS

A aplicação imediata de princípios constitucionais, que preservem os costumes e defendam as terras indígenas representa, no entender do deputado Jacy Scanagatta, uma importante conquista. Membro da subcomissão encarregada de elaborar o anteprojeto relativo às minorias étnicas, o parlamentar sublinhou ter havido unânime consenso em torno das teses que culminaram com o texto final que agora será submetido à Comissão de Ordem Social. "Reconhecemos que para os índios a terra significa a própria existência e a eles deve ser dada posse permanente, garantindo-se a demarca-

ção de seus territórios. O anteprojeto ainda garante aos silvícolas o usufruto das riquezas do solo, subsolo e dos recursos fluviais, salvo nos casos de relevante interesse nacional, quando apenas a União, após aprovação do Congresso Nacional, examinado caso a caso, e com o consentimento das populações indígenas envolvidas, será possível promover a pesquisa, lavra ou exploração de riquezas naturais. Outra decisão, no seio daquela comissão, impedia que empresas mineradoras e madeireiras promovessem invasões e acarretassem o extermínio completo dessas populações que constituem inegavelmente um admirável patrimônio cultural de toda a humanidade", concluiu Jacy Scanagatta. (GAZETA DO POVO/PR - 8/6/87)

POSSEIROS SERÃO EXPULSOS DA TERRA DOS URU-EU-AU-AU

Os 200 posseiros que invadiram o parque indígena Uru-Eu-Au-Au, em Costa Marques, têm um prazo máximo de dois meses para colher suas safras de arroz, milho e feijão e abandonar a área, sob pena de serem expulsos pela Polícia Federal. A informação é do administrador regional da Funai em Rondônia, Amauri Vieira, acrescentando que um levantamento preliminar que está sendo feito na área por uma equipe da fundação e o pelotão de polícia florestal da Polícia Militar comprova que a maioria dos posseiros são invasores profissionais. "A área (1,8 milhão de hectares) já está demarcada e eles vão ter que sair", afirmou Amauri Vieira. (O LIBERAL/PA - 29/5/87)

ÍNDIOS SEM TERRA

O Rio de Janeiro, como outras regiões do país, tem um povo indígena lutando para que suas terras sejam reconhecidas e garantidas como Reserva. São os Guarani, do Distrito de Bracuí, em Angra dos Reis. Desde que saíram de seu habitat tradicional (imemorial), na Bacia do Paraguai, de

vido à pressão dos colonizadores, os Guarani vivem em busca da Terra Sem Males (o paraíso mítico). Nessa procura chegaram ao litoral do Rio de Janeiro e de São Paulo, há mais de 30 anos. Em Angra dos Reis, instalaram-se em áreas de mata virgem, onde recriaram seu espaço e cultura tradicional. Na aldeia de Bracuí, eles plantam, pescam, caçam e extraem material para fazer artesanato. Em fins de 1986, este povo indígena conseguiu que o governo do Estado do Rio de Janeiro decretasse sua área como de utilidade pública. No entanto, esta medida foi apenas o início de um longo processo que só terá consequências reais no momento em que o Estado decretar a área como Reserva indígena. (JORNAL DOS SPORTS/RJ - 10/6/87)

ÍNDIOS TERÃO ENSINO BILÍNGUE EM TRIBO DO INTERIOR DE PERNAMBUCO

Os índios Fulni-ô, do município pernambucano de Águas Belas (a 314 km de Recife), terão uma escola na aldeia onde se ensinará o Português e o idioma falado pela tribo, o yaa'the. Eles formam, segundo a Funai, a única comunidade indígena no Nordeste a preservar um dialeto próprio. A Funai contará com a ajuda da professora Marilena Araújo de Sá, que elabora cartilhas no idioma, com a assessoria da professora Adair Palácio, da Universidade Federal de Pernambuco. Segundo a chefe do Setor de Educação da Funai, Inalda Laurentino Serrano, o órgão do Ministério do Interior irá construir uma escola específica para o ensino do idioma, com o custo orçado em Cz\$ 861 mil. (FSP - 12/6/87)

INDENIZAÇÃO PELA PASSAGEM DA PR-281 POR TERRA INDÍGENA

Através de convênio firmado recentemente entre a Secretaria de Estado dos Transportes e a Fundação Nacional do Índio, acordou-se indenizar a área indígena de Manguerinha em cerca de 16 hectares devido a passagem da rodovia PR-281, trecho BR-373, por terras indígenas. A indenização

será efetuada pelo Departamento de Estradas e Rodagem (DER) no valor de mais de Cz\$ 500.000,00 no prazo de trinta dias. Os indígenas comprometem-se a permitir ao DER o uso perpétuo, pleno e pacífico da área cortada pela rodovia, ressalvando, no entanto, que caso não realizem-se as propostas básicas do convênio, isto é, apenas a passagem da rodovia por terras indígenas, os índios voltarão a exercer sobre a faixa de terra todos os direitos próprios. (GAZETA DO POVO/PR - 2/6/87)

PROPOSTA DO PRESIDENTE DA MS-TUR PREOCUPA ÍNDIOS

A proposta do presidente da Empresa de Turismo de Mato Grosso do SUL (MS TUR), Antonio Bessa, de transformar aldeias indígenas do Estado em pontos de atração turística começou a ter as primeiras repercussões, inicialmente negativas. A idéia que chega até a ser defendida por alguns "indigenistas" e pela administração da Funai, em Campo Grande, para os índios e alguns antropólogos, no entanto, ainda está obscura. Pelo menos é o que deixou transparecer o índio e advogado da Funai, Joel de Oliveira, afirmando estar preocupado com o projeto, embora ainda não conheça em detalhes. Joel acredita que esse tratamento que a MS TUR está querendo dar aos índios, aproveitando suas aldeias e eles próprios como atração turística, é no mínimo discriminatório. O administrador da Funai, Orivaldo Cardoso Filho, acredita que a proposta da MS TUR chega a ser benéfica, na medida em que se pode aumentar a renda das comunidades. Para tanto, antes de dar sua posição oficial (como administrador), alega que precisa ouvir a superintendência regional, em Cuiabá, e principalmente, as lideranças dos índios, espalhadas por vários mu-

nicipios do Estado. O representante da União Nacional das Nações Indígenas, em Campo Grande, Domingos Marcos Veríssimo, que é Terena, acha que a proposta da empresa de turismo não é ao todo negativa, pois precisa ser lapidada e quem sabe até aproveitada pelos indígenas, "uma vez que teriam retornos financeiros, com a venda de seus artesanatos". Disse, no entanto, que antes precisa conversar com as lideranças e depois procurará a MS TUR para conhecer mais a proposta. A maior representatividade das comunidades indígenas, o vereador do PFL Lizio Lili, de Aquidauana, telefonou ontem de manhã para a administração regional da Funai, em Campo Grande, mostrando-se preocupado com a repercussão da proposta da MS TUR. Lizio afirma que a proposta de transformar aldeias em pontos turísticos, no mínimo é estranha, uma vez que essa iniciativa poderá não só violentar a cultura das comunidades, mas também discriminá-la. Representantes do Grupo de Apoio ao Índio também protestaram ontem contra a idéia de Antonio Bessa, por considerá-la agressiva aos princípios desses povos e, ainda, os discriminar como ser humano. Enquanto alguns protestam e outros defendem a idéia, o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Romero Jucá Filho, acabou de distribuir uma circular para todas as superintendências do Brasil, sugerindo que a administração regional distribua um questionário (formulado pela Funai), para conhecer mais as atividades culturais e principalmente o artesanato das comunidades. Essa circular é interpretada pela administração da Fundação, em Campo Grande, como um desejo do presidente Jucá Filho em que as aldeias sejam auto-sustentáveis. Com isso, Orivaldo Cardoso Filho, acha que a proposta da MS TUR pode ser mais uma "fonte alternativa de renda para as comunidades indígenas, bastando, no entanto, que suas lideranças concordem com o projeto. (CORREIO DO ESTADO - 29/5/87)

REGULAMENTAÇÃO DA MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS É UMA AFRONTA À CONSTITUINTE

(Nota à Imprensa)

A UNI (União das Nações Indígenas), a CONAGE (Coordenação Nacional dos Geólogos), a ABA (Associação Brasileira de Antropologia) e o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) vêm manifestar sua surpresa e seu protesto diante da recente portaria FUNAI/DNPM (nº 01/87, de 18 de maio de 1987), regulamentando as atividades de empresas de mineração (pesquisa e lavra) em terras indígenas.

Trata-se de medida que visa criar um simulacro de legalidade, já que o decreto 88.985 (promulgado em novembro de 1983) regulamentado pela portaria está tendo sua inconstitucionalidade argüida.

Em abril de 1985, a UNI, a CONAGE, a ABA e o CIMI levaram aos Ministros de Minas e Energia e do Interior a denúncia de que o próprio decreto vinha sendo violado: 537 alvarás de pesquisa haviam sido concedidos, sendo 10% a estatais; 40% foram concedidos a multinacionais e 50% a empresas privadas nacionais. Isto quando o decreto previa a concessão apenas a empresas brasileiras estatais. Na época, o decreto não havia sido regulamentado, o que configurava ainda outro nível de ilegalidade.

A regulamentação **agora** tenta consagrar a situação já denunciada e procura criar fatos consumados em uma matéria que está em discussão na Constituinte. É portanto também uma afronta à Assembléia Nacional Constituinte.

Brasília, 16 de junho de 1987

Assinam:

Ailton Krenak
- UNI -

Vandelino Teixeira de Carvalho
- Presidente da CONAGE -

Manuela Carneiro da Cunha
- Presidente da ABA -

Antonio Brand
- Secretário Geral do CIMI -

Trabalhadores Urbanos

SITUAÇÃO É A FAVORITA NO 2º TURNO DOS METALÚRGICOS

Pela segunda vez nos últimos quinze dias, os metalúrgicos paulistas irão exercer o direito de voto. Será aberto hoje o se-

gundo round da disputa eleitoral pelo comando do maior sindicato operário da América Latina, o dos metalúrgicos de São Paulo. Na primeira rodada nenhum dos três candidatos conseguiu arrebanhar o número de votos exigido para sagrar-se timoneiro dessa poderosa máquina sindical. Mas abertas as urnas no último dia 12 de junho, o presidente em exercício da entidade, Luís Antônio de Medeiros, sentiu de perto o

gosto da vitória, angariando 30 mil 96 dos 64 mil 146 votos apurados nas 196 urnas. Neste segundo escrutínio, apenas dois adversários continuarão no páreo. Atendendo a uma orientação da CUT - que lhe apoiou oficialmente a primeira votação - a Chapa 3, presidida pelo metalúrgico Carlúcio Castanha, decidiu se retirar da disputa ao receber a mais baixa votação nas urnas. O aval da CUT foi transferido - e agora com mais empenho - para o grupo de oposição abrigado na Chapa 2 que é encabeçada pelo petista e inclusive membro da direção nacional da CUT, Lucio Bellentani e integrada por militantes de outros partidos, como o PDT, o PC do B e o PCB. Dificilmente haverá uma reversão da tendência verificada no primeiro escrutínio. Afinal, votos não são transferidos de um grupo para outro ao sabor da vontade das lideranças. Instalados em um velho prédio do centro da cidade, os membros da Chapa 2 tentam reacender a esperança de vitória em cima de cálculos aritméticos. Somados os votos das Chapas 2 e 3 no primeiro escrutínio, a posição como um todo teria angariado pouco mais de 34 mil votos, ou seja, 4 mil votos a mais do que a Chapa 1. Tal argumento faz parte do discurso externo dessas lideranças. Nos bastidores, contudo, a própria CUT, assim como todos os partidos que se empenharam na vitória da Chapa 2, já reconhecem que a batalha está perdida. Na CUT, inclusive, o resultado das eleições despertou um intenso debate interno sobre os erros cometidos no processo eleitoral. A entidade, por exemplo, acabou minando a chance de eleger Lúcio Bellentani ao se recusar a apoiar, no primeiro escrutínio, uma chapa composta por membros de outros partidos, atacando a divisão da oposição. (JB - 22/6/87)

PORTUÁRIOS, EM CAMPANHA SALARIAL, DECIDEM PARALISAR OS PORTOS DO RJ

Os 3,5 mil portuários do Rio, Niterói, Angra dos Reis, Sepetiba e Forno, em Ar-

raial do Cabo, estão em greve a partir das seis horas da manhã de hoje. A paralisação foi decidida ontem à noite, em assembleia de mil representantes da categoria, em protesto contra a não aprovação, pelo Conselho Interministerial de Salários das Estatais (Cise), da contra-proposta oferecida pela Portobrás na campanha salarial deflagrada pela categoria no dia 1º de maio. Segundo o Presidente do Sindicato dos Portuários do Rio, Waldir Rocha, a contraproposta da Portobrás prevê aumento salarial de 100 por cento do INPC, cinco por cento de produtividade, 50 por cento de gratificação de férias e correção da curva salarial da categoria, a fim de atualizar os salários das Companhias Docas às outras estatais brasileiras, o que corresponderia a um aumento médio de 16 por cento. O Cise aprovou os primeiros itens, mas deixou para analisar a correção ontem. "Essa reunião não aconteceu ontem e por isso decidimos entrar em greve até que o Cise aprove a correção da curva salarial", disse Rocha. (O GLOBO - 18/6/87)

ASSEMBLÉIA DE PORTUÁRIOS NO RIO DECIDE DAR PROSSEGUIMENTO À GREVE

Os 3.500 trabalhadores portuários dos cinco portos do Rio (Rio, Niterói, Sepetiba, Angra dos Reis e Forno) decidiram ontem à noite, em assembleia, continuar em greve. Segundo informou o presidente da Companhia Docas do Rio de Janeiro, Márcio Macedo, através de sua assessoria de imprensa, não há riscos para o abastecimento da população do estado, apesar de mais de vinte navios continuarem parados somente no porto do Rio. Deste número, apenas duas embarcações contêm carga perecível. No porto de Sepetiba, permanece parado um navio de carvão. O estoque em Volta Redonda, entretanto, garante o funcionamento normal da Companhia Siderúrgica. No porto do Rio, mais de dois mil automóveis da Fiat aguardam há dois dias o embarque no navio "Pioneiro", para a Europa.

FUNCIONÁRIOS ESTADUAIS DECIDEM ENCERRAR PARALISAÇÃO

Os servidores públicos estaduais de São Paulo decidiram ontem encerrar a greve que realizavam desde o último dia 12 e que atingiu parcialmente a categoria. Segundo o presidente da Associação dos Servidores da Secretaria de Estado da Saúde (Asses), Jocélio Drummond, membro do comando de greve, "com o pagamento de três gatilhos e o anúncio do Plano Bresser que extingue o gatilho, os funcionários não devem se isolar, mas se unir às demais categorias para lutar contra o arrocho". Os servidores aprovaram ainda um calendário de atividades para continuar lutando pelo pagamento do quarto gatilho salarial, referente ao mês de maio; piso salarial de três salários mínimos; nenhuma punição aos grevistas e pagamento dos dias parados. Por esse calendário, os funcionários devem realizar assembleias setoriais até o próximo dia 27 e participar de uma caravana a Brasília, onde deve acontecer um ato nacional do funcionalismo pela reposição das perdas salariais, não-pagamento da dívida externa e diretas já para presidente da República. No dia 1º de julho, participam do ato unificado de diversas categorias contra o Plano Bresser. (FSP - 19/6/87)

PROFESSORES ENTRAM EM GREVE NO RIO

O Centro Estadual de Professores (CEP) do Rio de Janeiro afirmou que a greve dos professores públicos do 1º e 2º graus das redes estadual e municipal, iniciada ontem, irá continuar por tempo indeterminado. Segundo o CEP, o movimento atingiu 90% da categoria, que reúne cerca de 150 mil pessoas. Os professores querem receber piso de cinco salários mínimos e protestam contra o fim do gatilho. A Secretaria Estadual de Educação informou que o governo não apresentará contra-proposta e que a paralisação dos professores foi de cerca de 60% no município e não atingiu

todas as escolas do interior do Estado. Em Recife, o diretório regional do PFL de Pernambuco informou que deu entrada ontem no Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, a mandado de segurança contra o governador Miguel Arraes, por não ter pago os gatilhos de abril e maio aos funcionários regidos pela CLT. (FSP - 19/6/87)

Trabalhadores Rurais

LAVRADORES ESCAPAM DE FAZENDA PAU LISTA ONDE DIZEM HAVER ESCRAVIDÃO

A Usina Martinópolis, situada no município de Serrana, a 315 quilômetros de São Paulo, está sendo acusada de manter os seus funcionários em sistema de semi-escravidão. Um grupo de 18 trabalhadores alagoanos, que conseguiu fugir dos alojamentos da fazenda na noite de terça-feira, denunciou a empresa à polícia paulista. Cerca de 50 cortadores de cana também estiveram ontem em frente à prefeitura de Serrana, protestando contra as más condições de trabalho e confirmando as denúncias dos 18 companheiros, que estão em São Paulo, na sede da Associação de Voluntários para Integração dos Migrantes. Os 18 trabalhadores conseguiram burlar o esquema de vigilância da usina e chegaram a São Paulo ajudados por um motorista de ônibus da empresa São Geraldo, que lhes deu carona. Segundo o delegado do plantão no terminal rodoviário Tietê, Roberto Silva Moreno, os bóias-frias contaram que, no dia 10 de abril, 25 ônibus fretados levaram 1200 pessoas de Alagoas para trabalhar na Usina Martinópolis, uma das maiores do interior paulista, na qual trabalham 3 mil cortadores de cana. Eles alegaram que haviam recebido uma proposta de salário mensal entre Cz\$ 8 mil e Cz\$ 30 mil. No entanto, ao iniciar o trabalho, sob a vigilância de homens armados, foram informados de que ganhariam apenas Cz\$ 3.500,00 tendo ainda um desconto de Cz\$ 2.600, referentes à alimentação: arroz com ovo frito. (JB - 19/6/87)